



DECISÃO Nº 221/2014 – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 528/2014.

2- Assunto: Auditoria de Gestão Fiscal.

3- Objeto: Informação acerca da situação do Município de Anori, em relação ao prazo de envio ao GEFIS dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO (1º e 2º bimestres de 2013) e a atualização do portal da transparência.

4- Órgãos: Prefeitura Municipal de Anori.

5- Unidade Técnica: DICREA – Informação nº 127/2014 (fl. 27).

6- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1902/2014-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral. (fls. 26/27).

7- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Auditoria de Gestão Fiscal.

Multa. Prazo. Instauração de Cobrança Executiva. Determinação. Notificação à Interessada.

8- DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, DECIDEM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, no exercício da competência atribuída pelo art. 1º, IV, da Lei 2423/96, c/c os arts. 1º, XII, e 11, III, alínea "c", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta do voto do Exmo. Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público, junto a este Tribunal, no sentido:

8.1- Multar a Sra. Sansuray Pereira Xavier, Prefeita do Município de Anori à época dos fatos, em:

8.1.1- **R\$ 8.768,25** (art. 308, VI, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM) em razão da desatualização do portal da transparência;

8.1.2- **R\$ 2.192,06**, sendo R\$ 1.096,03 para cada bimestre de atraso conforme a regra inserida no art. 308, II, do Regimento Interno – TCE/AM, devido à remessa intempestiva de dados referentes aos relatórios resumidos de execução orçamentária - 1º e 2º bimestre de 2013;

8.2- Fixar prazo de 30 (trinta) dias à jurisdicionada para que recolha, em favor dos cofres estaduais, os montantes inerentes às multas aplicadas com comprovação perante esta Corte, nos termos do art. 174, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (Resolução n.º 04/2002 – TCE/AM). Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor das sanções pecuniárias deverá ser atualizado monetariamente consoante regra inserida nas letras do art. 172 e parágrafos do RI-TCE/AM;

8.3- Autorize desde já a instauração de cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores da condenação, conforme preceituado pelo art. 73 da Lei Orgânica deste Egrégio Tribunal de Contas e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/02-TCE/AM;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

DECISÃO Nº 221/2014 – TRIBUNAL PLENO

8.4- Determinar a juntada de cópia do julgamento destes autos à pertinente Prestação de Contas Anuais (processo n.º 11226/2014) a fim de que se evite ocorrência de *bis in idem*;

8.5- Notificar a interessada sobre o desfecho deste feito a fim de que possa adotar as medidas que entender cabíveis.

9- Ata: 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 27 de agosto de 2014.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

11.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral.

TRIBUNAL DE CONTAS
REMESSA

Faço remessa deste processo a

Seplena

Manaus: 25 / 09 / 2014

Intima

Servidor DIRAC

[A large diagonal line is drawn across the middle of the page.]

JUNTADA

autos aos autos q. 2308/K.

de fis. 35 que adiante se vê

Em 09 / 12 / 14

[Assinatura]
Secretário do Tribunal Pleno